vamente da mão-de-obra familiar, fixando o homem ao campo.

A globalização traz benefícios diretos ao consumidor, no entanto causa enormes prejuízos ao produtor brasileiro que, sem uma política agrícola nacional, compete com países de economia estável, que incentivam a produção primária, inclusive, com a concessão de subsídios.

Problemas de natureza sanitária, ainda hoje, são barreiras que impedem o acesso do Brasil aos mercados internacionais. Os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão prestes a ser declarados zonas livres da febre aftosa, o que irá beneficiá-los diretamente possibilitando futuras negociações com outros países.

O Estado, efetivamente, deve desempenhar o papel de promotor e regulador da atividade, incentivando, apoiando e fomentando o desenvolvimento. A realidade atual revela um conjunto de ações desorganizadas em relação ao setor, uma vez que são adotadas medidas que em nada contribuem para promover a atividade. Em muitos casos, são veiculadas notícias otimistas que não chegam a se concretizar, ou acontecem quando já se tornaram inócuas. Nos últimos anos a ovinocultura e a caprinocultura não têm obtido nenhum tipo de incentivo por parte dos órgãos governamentais.

O diagnóstico realizado pelo Grupo Temático Ovinos e Caprinos, assim como os demais diagnósticos apresentados, permitirão a elaboração de um programa de política agrícola condizente com a nossa realidade.

Para melhorar os setores de ovinos e caprinos é imprescindível:



promover a articulação entre os diferentes segmentos das cadeias produtivas; criar instrumentos de crédito adequado, com juros reais compatíveis com a rentabilidade do setor; promover a reforma fiscal e tributária; estabelecer sistemas integrados regionais, produtor-indústria, facilitando o custeio da produção; organizar os produtores de forma que seus produtos possam ser ofertados com maior qualidade e em quantidade compatível com a concorrência internacional.

GRUPO TEMÁTICO ALGODÃO/FIBRAS VEGETAIS

Recuperar é preciso

LUIZ LOURENÇO

O Brasil sempre foi um eficiente produtor e importante exportador de algodão. Dispunha de um mercado com excelente nível de organização, referenciado em operações na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, e de qualificado suporte nas áreas de pesquisa e extensão rural que geravam novas variedades, sempre mais produtivas no campo e na indústria. Esse quadro, contudo, foi sendo gradativamente modificado.

Já em meados da década de 70, o governo federal adotava medida proibindo as exportações do algodão brasileiro, liberando apenas o produto de baixa qualidade, fato que prejudicou a imagem da qualidade do produto nacional no exterior. No final dos anos 80, a adoção de um programa amplo de abertura comercial reduziu a zero as tarifas de importação de algodão. Finalmente, num período mais recente, tudo isso foi agravado com uma combinação de câmbio sobrevalorizado e taxas de juros internas extremamente elevadas que resultaram em fortes estímulos à importação.



Em suma, a cotonicultura brasileira tem reflexos econômicos e sociais de vital importância, uma vez que o algodão é um produto intensivo no uso de mão-de-obra em todo o ciclo produtivo, inclusive em toda a cadeia têxtil, sendo uma das poucas opções de cultivo econômico de pequenos estabelecimentos agrícolas em várias regiões do país. A perda

LUIZ LOURENÇO é presidente da Cocamar, Paraná. Coordenador do Grupo Temático Algodão/Fibras Vegetais.



dos empregos de 210 mil trabalhadores num período de apenas cinco anos está trazendo sérios problemas para os municípios das regiões produtoras, como o desaquecimento do comércio e da respectiva arrecadação tributária. Além do mais, acredita-se, grande parte dos agricultores que hoje engrossam os movimentos de reivindicação de terras é egressa da cotonicultura.

Pontos de estrangulamento

Há alguns anos o governo federal vem tentando compensar as dificuldades enfrentadas pelos produtores de algodão através da PGPM e de medidas de caráter geral, como a securitização das dívidas e a redução dos juros do crédito rural.

Entretanto, o resultado efetivo desta política foi praticamente nulo. Na atual safra 1996/97, isso se confirma com queda acentuada na área plantada e na produção esperada. Ou seja, as medidas tomadas pelo governo nessa área foram insuficientes para melhorar o desempenho da produção interna, não tendo alcançado o cerne da questão, que estava na falta de uma política de sustentação da comercialização do algodão nacional em condições idênticas às disponíveis aos importadores, principalmente no que tange aos prazos e custos nos financiamentos de suas compras externas. Além disso, as facilidades das importações contrastavam com as dificuldades das exportações, pela pesada incidência do ICMS e de outros encargos tributários.

A questão da desigualdade das condições de financiamento ficou equacionada a partir das medidas resultantes da MP nº 1.569, que passaram a exigir o pagamento antecipado de grande parte das importações brasileiras, inclusive as de algodão.

A queda do ICMS nas exportações, adotada em meados de 1996, também válida para todos os produtos primários, foi um passo importante para restabelecer a competitividade do produtor nacional e, com certeza, melhorará a *performance* das exportações agrícolas do país e, possivelmente, no futuro, também do algodão. Mas é indispensável completar a forma do sistema de aplicação desse imposto no que se refere também às operações interestaduais.

Ainda na área relacionada com o comércio internacional, não podemos deixar de mencionar a necessidade de aprimorar e agilizar a aplicação de mecanismos de proteção quanto à chamada concorrência desleal. A incerteza com relação a novas e futuras investidas de países que dispõem de recursos para subsidiar suas exportações é um permanente fator de inibição do agricultor nacional que precisa ser resolvido. Outros pontos importantes são os relacionados com os altos custos de produção decorrentes da elevação dos gastos associados com a contratação de mão-de-obra (só na colheita esse item representa cerca de 30% do preço final do produto) e com a falta de investimentos suficientes na pesquisa básica.

É preciso, pois, completar o quadro de medidas que são indispensáveis para recuperar o tempo e o espaço perdido pelo algodão nacional. De fato, enquanto retrocedíamos para menos de 50% da nossa capacidade de produção dos anos 80, o cultivo do algodão crescia de importância na Argentina, nosso parceiro no Mercosul, que se beneficiou tremendamente das nossas dificuldades. Assim é, por exemplo, que a área plantada na Argentina, na última temporada, saltou de 600 mil para quase um milhão de hectares, dos quais, 70 a 80% colhidos mecanicamente, e visando especialmente ao potencial do mercado brasileiro. Até 1994, o algodão representava apenas 50 mil toneladas na pauta das exportações argentinas. A partir daí, as suas vendas externas cresceram para 200 mil toneladas em 1994, 266 mil toneladas em 1995 e 270 mil toneladas em 1996.

Encaminhamentos

Visando a alcançar a recuperação da cotonicultura brasileira e a viabilizar a sustentação da renda do cotonicultor, propõem-se encaminhamentos que exigem providências imediatas e duradouras por parte do governo federal.

- Problema: Subsídios e *dumping* no produto importado. Solução: Ajustar mecanismo tarifário para neutralizar vantagens; efetivar a adoção de medidas *antidumping* e anti-subsídio.

- Problema: Condições diferenciadas de financiamento entre o produto nacional e o importado. Solução: Dispensar tratamento idêntico ao do produto nacional.

- Problema: Juros elevados no crédito interno. Solução: Criar programas de crédito a taxas competitivas com as internacionais para custeio e comercialização da produção nacional.

- Problema: Desincentivos tributários ao algodão nacional (ICMS interestadual). Solução: Alterar o sistema tributário eliminando a incidência nas operações interestaduais.

- Problema: Dilatação de prazos para recolhimento do ICMS nas importações em alguns estados não-produtores. Solução: Dispensar tratamento idêntico ao produto nacional.

Cotonicultura empresarial

A cotonicultura mecanizada e conduzida empresarialmente vem se destacando ao longo dos últimos anos. Hoje já é uma realidade, principalmente no Centro-Oeste e em algumas regiões do Paraná e São Paulo. É uma das principais alternativas de aumento da produção interna.

No entanto, os investimentos necessários para a mecanização da lavoura são elevados: há necessidade de mão-de-obra especializada, máquinas adequadas e variedades próprias para colheita mecânica. Daí ser imprescindível não apenas adotar medidas específicas que apóiem o desenvolvimento dessa alternativa de produção, mas principalmente estabelecer regras confiáveis e duradouras que permitam sustentabilidade aos investimentos privados.

Encaminhamentos propostos para a cotonicultura empresarial:

- Problema: Custo elevado do Proagro. Solução: Reduzir a alíquota nas áreas incluídas no zoneamento.

- Problema: Mão-de-obra pouco especializada na produção mecanizada. Solução: Oferecer condições para treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra.

- Problema: Condições insuficientes para investimentos visando à modernização da cultura do algodão. Solução: Criar programa de apoio financeiro à modernização da cultura.

- Problema: Dificuldades para importação de colheitadeiras. Solução: Agilizar a autorização para importar colheitadeiras usadas.

- Problema: Variedades para colheita mecânica. Solução: Selecionar cultivares adequados.

Cotonicultura tradicional (manual)

Ainda que comecem a surgir condições mais favoráveis para a expansão da cotonicultura empresarial, mecanizada, o que predomina em muitas regiões do país é a produção em pequenas propriedades com tecnologia tradicional conduzida por mini e pequenos produtores, em solos inclinados e de difícil mecanização. Esses produtores são hoje os mais seriamente atingidos pela crise da cultura e, em conseqüência, os que mais têm abandonado o cultivo. É fundamental que este segmento seja tratado de forma especial, pois constitui-se em uma das poucas alternativas de viabilização da pequena propriedade, por ser um produto de alto valor agregado. Cabe ao governo criar programas especiais de apoio efetivo aos minifúndios para evitar a continuidade do desemprego e o êxodo rural.

Encaminhamentos propostos para a cotonicultura tradicional:

- Problema: Custo elevado do Proagro. Solução: Reduzir a alíquota nas áreas incluídas no zoneamento.

- Problema: Limites de crédito do Pronaf insuficientes. Solução: Elevar para R$30.000 o limite de crédito para o produtor de algodão.

- Problema: Dificuldades da legislação trabalhista com relação ao uso de mão-de-obra. Solução: Alterar a legislação sobre o assunto e criar incentivos à contratação de mão-de-obra, em especial para produtores participantes do Pronaf.

- Problema: Instabilidade dos mecanismos de sustentação de preços ao produtor. Solução: Priorizar a ação desses mecanismos sobre o algodão que foi prejudicado pelo processo de abertura comercial.

- Problema: Falta de apoio governamental na comercialização. Solução: Cumprir a política de garantia de preços mínimos.

Comercialização do algodão

O êxito de qualquer sistema produtivo depende necessariamente de um adequado financiamento aos diversos segmentos que o compõem. Por sua vez, um sistema de financiamento somente terá consistência se for decorrência de uma sólida e confiável estrutura de comercialização.

Propostas para apoiar a comercialização do algodão:

- Problema: Falta de financiamento da produção. Solução: Estruturar, através de Bolsas de Mercadorias, um completo sistema de venda para entrega futura, com pagamento antecipado (*forward contract*) para que o financiamento ao setor produtivo seja feito em sua maior parte por vendas antecipadas e não por empréstimos.



- Problema: Falta de estímulo a operações de comercialização através de Bolsas de Mercadorias. Solução: Estimular a operação do sistema de opções lançado pelo governo federal, como forte instrumento para garantia de um piso para os preços do algodão. Estimular as operações de *hedge* através de contratos de futuros na BM&F. Estimular o registro dos contratos de mercado físico de algodão, nacional e importado, em bolsa, para que sejam utilizados os instrumentos de juízo arbitral, laudos de classificação, estatísticas etc.

- Problema: Elevada carga tributária na comercialização. Solução: Desonerar os impostos: INSS (ex-Funrural), PIS e Cofins.

Outras medidas de apoio à cotonicultura

Além dos encaminhamentos propostos com relação a garantir competitividade do algodão nacional e dos referentes às duas cotoniculturas: empresarial e tradicional, são também necessárias outras medidas de apoio ao setor conforme segue.

- Problema: Apoio à pesquisa. Solução: Criar mecanismos que aumentem as dotações de recursos aos centros de pesquisa oficiais e privados, direcionando-os prioritariamente para a obtenção de variedades adaptadas à colheita mecânica e aos cerrados, bem como às variedades específicas adaptadas à região Nordeste.

- Problema: Sistema de padronização do produto desatualizado. Solução: Reformular a sistemática de padronização do produto em função das necessidades de mercado em alguns estados onde o sistema de classificação é deficiente.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

- Problema: Sistema de classificação do produto oneroso e ineficaz. Solução: Permitir classificação pelo setor privado, obedecidos os padrões oficialmente estabelecidos.

- Problema: Custo elevado dos defensivos e adubos. Solução: Permissão para importação de agrotóxicos.

Conclusão

As mudanças no ICMS e as medidas recentemente adotadas com relação ao prazo de financiamento das importações eliminaram parte importante dos problemas. É fundamental, agora, adotar as medidas que ofereçam um quadro de estabilidade e segurança para os investimentos que precisam ser feitos de modo a acelerar a retomada da produção.

Resta agora, com o apoio do Fórum Nacional da Agricultura, estabelecer um cronograma e um quadro de compromissos entre o setor privado e o governo para que se crie um novo ambiente no setor e se comece, de fato, um novo capítulo, o da recuperação, na história do algodão brasileiro.

As entidades que participaram deste grupo de trabalho estão convencidas de que a recuperação do setor é possível e que é perfeitamente factível, caso as medidas recomendadas neste documento sejam implementadas pelos órgãos públicos responsáveis até 31 de julho de 1997, alcançar a meta de 500 mil toneladas de pluma já na temporada 1997/98, o que reduzirá o gasto com importações de US$1 bilhão para US$600 milhões.

GRUPO TEMÁTICO CAFÉ

Atender ao consumidor

LUIZ MARCOS SUPLICY HAFERS

Segundo dados do anuário de 1997 do Coffee Business, tivemos, em 1996:

a) produção agrícola nacional de 27,5 milhões de sacas de 60kg a US$94,08, ou seja, US$2,587 bilhões;

b) produção industrial: consumo de 10,7 milhões de sacas de 60kg, menos 20% de perda na industrialização, o que significa 536,5 milhões de quilogramas a US$4,9/kg, isto é, US$2,629 bilhões;

c) exportação de US$2,094 bilhões (verde e solúvel).

Valor adicionado: (b+c) de US$4,7 bilhões.

O valor total dos negócios cafeeiros em 1996 foi de US$7,3 bilhões.

LUIZ MARCOS SUPLICY HAFERS é presidente da Sociedade Rural Brasileira. Coordenador do Grupo Temático Café no FNA.
O autor agradece a colaboração da economista Sylvia Saes, da Fipe, na elaboração deste texto.



Nos últimos seis anos, o Brasil exportou uma média de 14,9 milhões de sacas de café verde (abaixo da média histórica de 18 milhões de sacas) e 2,4 milhões de café solúvel (equivalente a grão verde). O mercado interno de café, o segundo maior do mundo, tem apresentado um consumo crescente, chegando ao patamar de 10,7 milhões de sacas em 1996.

De janeiro a junho de 1997, o Brasil exportou 8,3 milhões de sacas de 60kg (verde e solúvel), com o valor de US$1,5 bilhão (15% do total das exportações agropecuárias do Brasil, segundo lugar após a soja).

Empregos e empresas

No segmento rural, estimam-se 350 mil produtores de café, que produzem uma média histórica de 25 milhões anuais de sacas beneficiadas (valor atual de US$4,5 bilhões). As 70 cooperativas de café são responsáveis por cerca de 30% do total da comercialização desse produto.

O segmento processador se divide em dois flancos: a indústria de torrefação e moagem, com cerca de 1.700 empresas, e a de solúvel, com 11 empresas, voltadas principalmente para o mercado externo.

O segmento exportador é composto por cerca de 160 empresas, nas quais as 10 maiores são responsáveis por mais de 45% da comercialização.